

# Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A revista *A Escola* (1920-1921)

José Carlos Souza Araujo \*

Wenceslau Gonçalves Neto

Geraldo Inácio Filho

Décio Gatti Júnior

## Resumo:

Este artigo pretende somar-se às pesquisas sobre a história da imprensa de caráter educacional, contribuindo com a análise de uma revista ilustrada, *A Escola*, sub-intitulada como *Instrução, Lavoura, Commercio, Industrias, Sciencias, Letras, Artes e Humorismo, etc.*, editorada em Uberabinha, MG (atual Uberlândia), na região do Triângulo Mineiro, entre 1920 e 1921. Trata-se de uma revista não eminentemente educacional; no entanto, ela põe em circulação, durante esse curto ciclo de vida, interessantes discussões sobre o analfabetismo brasileiro e sobre a municipalização do ensino; além disso, faz a defesa da pedagogia moderna. Através deste estudo, pode-se reviver também o ideário positivista brasileiro debruçado sobre o campo da Educação brasileira.

**Palavras chave:** Imprensa, *A Escola*, Triângulo Mineiro.

## Abstract:

This article intends to be added to the researches of the history of the press of educational character, contributing to the analysis of an illustrated periodical, *A Escola*, under the subtitle *Instrução, Lavoura, Commercio, Industrias, Sciencias, Letras, Artes e Humorismo, etc.*, edited in Uberabinha, MG (presently Uberlândia), in the region of Triângulo Mineiro, within 1920 and 1921. It is a periodical clearly not educational; nevertheless it conveys during one year of existence, interesting discussions about illiteracy in Brazil and about the municipalization of education; in addition, it argues in favor a modern pedagogy. By means of this study, the Brazilian positivist trend, carried over to education, can be observed.

**Key-words:** Press, *A Escola*, Triângulo Mineiro.

---

\* Professores do Mestrado em Educação, da área de História da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, sendo o primeiro do Departamento de Filosofia; o segundo, do Departamento de História; o terceiro e o quarto, do Departamento de Fundamentos da Educação. Para corresponder-se com os autores, envie para o seguinte endereço: Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Santa Mônica. Bloco G. 38400-902 - Uberlândia, MG. Ou senão pelo e-mail: [jcaraujo@ufu.br](mailto:jcaraujo@ufu.br) ou [wenceslau@ufu.br](mailto:wenceslau@ufu.br) ou [gifilho@ufu.br](mailto:gifilho@ufu.br). Este artigo faz parte do desenvolvimento do projeto *História e Memória Educacional: Educação na Imprensa e Instituições Escolares, 1880-1960*, financiado pela FAPEMIG e pelo CNPq.

Já está se consolidando uma tradição de realizar a pesquisa histórico-educacional brasileira através da análise da imprensa. São vários os esforços de investigação na direção do aproveitamento da imprensa periódica como fonte para o estudo da Educação em suas várias dimensões. Nas 19ª e 20ª reuniões anuais da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), respectivamente de 1996 e 1997, assistimos nada menos que cinco trabalhos que traduzem pesquisas em periódicos, ligadas à História da Educação<sup>1</sup>. Eis outros exemplos: os estudos ora tematizam especificamente a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no desenvolvimento da Didática<sup>2</sup>, da Psicologia<sup>3</sup>, da Filosofia da Educação<sup>4</sup>, na tramitação da LDB<sup>5</sup>, na significação que têm determinados intelectuais<sup>6</sup>; ou senão, tais pesquisas realizam análises de revistas parcialmente ou em sua totalidade<sup>7</sup>; ou, ainda, enfocam avaliações ora sobre os periódicos na área da Educação<sup>8</sup>, ora realizam um balanço historiográfico da produção que relaciona educação e imprensa<sup>9</sup>.

Cabe destacar que este último, de Denice B. Catani, *A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*, busca elaborar uma discussão sobre a imprensa de cunho

<sup>1</sup> Cf. relativamente ao ano de 1996, os trabalhos de Márcio Silveira LEMBRUGER. *A educação na revista do Clube Militar de 1946 a 1964*; e também Thais Baptista Carvalho de OLIVEIRA. *O acendrado civismo, a esmerada ordem e a perfeita disciplina: lições da Escola Superior de Guerra (1954-1960)*. Para o ano de 1997, têm-se os trabalhos de José Gonçalves GONDRA. *Ecos da república: ciclo de vida e doutrina médica da Revista Pedagógica (1890-1896)*; o de Marcus Vinicius da CUNHA. *A escola renovada e a desqualificação da família (1944-1960)*; e, finalmente, o de Ana Waleska P.C. MENDONÇA. *A experiência do CBPE nos anos 50 e 60: um projeto de Anísio Teixeira*.

<sup>2</sup> Amélia Domingues de CASTRO. *A Didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

<sup>3</sup> Paulo ROSAS. *A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

<sup>4</sup> Dermeval SAVIANI. *A Filosofia da Educação e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

<sup>5</sup> Ester BUFFA. *Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

<sup>6</sup> Raquel GANDINI. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*.

<sup>7</sup> Denice B. CATANI. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919*; Maria Helena C. BASTOS. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*; Ana Clara B. NERY. *A Revista Escolar e o movimento de renovação em São Paulo*; Diana Gonçalves VIDAL & Marilena Jorge Guedes de CAMARGO. *A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

<sup>8</sup> Tina AMADO et alii. *Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação*; Antonio CHIZZOTTI. *Avaliação & Perspectivas da pesquisa através das publicações em periódicos*.

<sup>9</sup> Denice Bárbara CATANI. *A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*.

educacional. Entre outros temas, depois de tecer considerações sobre repertórios que sistematizam informações sobre periódicos educacionais em Portugal, França, Bélgica e Itália, enfatiza que vem se esforçando por constituir um repertório analítico da imprensa educacional paulista entre 1890 e 1990. Tais repertórios estariam

“destinados a informar sobre o conteúdo dos periódicos, classificando-os, registrando seu ciclo de vida, predominâncias ou recorrências temáticas e informações sobre produtores, colaboradores e leitores, entre outros dados... Além disso, uma outra diretriz de trabalho se configura pelo estudo específico e ‘interno’ ao próprio periódico e sua produção, a partir do qual é possível reconstruir... movimentos de grupos de professores, disputas e atuações”<sup>10</sup>.

O artigo, em curso, pretende somar-se às contribuições à história da imprensa educacional no Brasil, pautando-se em compartilhar da postura que afirma os periódicos como fontes documentais significativas para o estudo da história educacional. Trata-se, na verdade, de compreender e exercitar um princípio, o de que a prática jornalística é participante do processo histórico, pois, no dizer de Alberto Dines, “*jornalismo e historiografia são primos - quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro*”<sup>11</sup>; e, especificamente, contribuir com a análise de uma revista ilustrada, *A Escola*<sup>12</sup>, sub-intitulada *Instrução, Lavoura, Comercio, Industrias, Ciencias, Letras, Artes e Humorismo, etc.*, publicada em Uberabinha, MG (atual Uberlândia, MG) na década de 20 deste século.

O motivo pelo qual escolhemos a revista, *A Escola*, se vincula ao interesse em produzir pesquisas historiográficas na área de História da Educação na região do Triângulo Mineiro. Trata-se de um esforço compartilhado por um grupo de pesquisa desde 1993 no sentido, primeiro, de levantar e catalogar fontes de interesse para a história educacional brasileira, trabalho este realizado até fins de 1996; a partir de 1997, com a instauração de um Núcleo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação Brasileira, iniciam-se os estudos voltados para temáticas histórico-educacionais singulares, tais como os voltados para a história das instituições escolares, para a notícia educacional veiculada por jornais e revistas e para a história das disciplinas escolares. Com essa orientação, dentre os documentos

<sup>10</sup>Ibidem, p. 18.

<sup>11</sup>Alberto DINES. *O papel do jornal*, p. 19.

<sup>12</sup>Essa revista se encontra no acervo *Jerônimo Arantes* do Arquivo Público Municipal, Secretaria Municipal da Cultura, à Av. João Pinheiro, 807. Centro. Uberlândia, MG.

encontrados, desperta-nos a atenção a mencionada revista, que circula entre 1920 e 1921.

Concordamos que “*o interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época*”<sup>13</sup>. Desta forma, estamos nos situando num tipo de historiografia que acredita no privilégio às singularidades ou às particularidades sociais, em detrimento da esfera historiográfica que enfatizava os aspectos macro-sociais, fossem eles econômicos ou políticos. Todavia, reconhecemos que não se pode perder de vista o processo histórico que oferece o devido enquadramento contextual, ao buscar, em diferentes épocas, restaurar aquilo que, aparentemente, tem uma feição única, singular, particular, local ou mesmo regional.

## O binômio, imprensa e sociedade

Conseqüentemente ao exposto, um dos horizontes teóricos que informa este estudo é a concepção de que toda e qualquer atividade de imprensa é compreensível somente em vinculação com o meio social da qual ela é um produto. Imprensa e Sociedade são dois pólos fundamentais na articulação do tipo de investigação histórica que pretendemos fazer.

“É fato que o homem sempre teve vontade, interesse e aptidão para saber o que se passa. Informar e informar-se constituiu o requisito básico da sociabilidade. Mas a complexidade adquirida pela organização social, o agigantamento populacional e a redução dos obstáculos geográficos, aguçaram a curiosidade humana. Não se trata apenas de uma dimensão gregária. A intensificação e o refinamento das relações de troca, que ocorrem no bojo das transações capitalistas, as possibilidades de atuar e de influir na vida da sociedade, que se afiguram na eclosão das revoluções burguesas, tornam a informação um bem social, um indicador econômico, um instrumento político”<sup>14</sup>.

Assim sendo, tomamos a imprensa periódica, em princípio, como veiculadora de interesses, como um produto social emergente na sociedade urbana e industrial. Destarte, recusa-se terminantemente a idéia de que a

---

<sup>13</sup> Diana G. VIDAL e Marilena J. CAMARGO. *A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, p. 408.

<sup>14</sup> José Marques de MELO. *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 17.

imprensa seja apenas veiculadora de informações, imbuída de imparcialidade e de neutralidade diante dos acontecimentos, como se a mesma pudesse se constituir uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere.

Tratando-se de refletir sobre a dinâmica da relação entre imprensa e sociedade, de que participa qualquer tipo de periódico, José M. Melo afirma que este é

“determinado pela atualidade. O fio da ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo. O ponto de tensão entre ambos está na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber. A permanência da relação social está em íntima dependência do equilíbrio que se estabelece entre os interesses da instituição e as expectativas da coletividade...”<sup>15</sup>.

Outrossim, investigar o passado implica também o estudo da imprensa. Ela compartilha da cotidianidade em que se dá a história. “*A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes*”<sup>16</sup>.

## **A imprensa e o desenvolvimento do capitalismo**

Decorrente do binômio, imprensa e sociedade, pode-se argumentar, sem exagero economicista, que a história da imprensa no âmbito da cultura ocidental espelha a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. As informações passaram a ser vistas sob o cunho comercial e, nesta perspectiva, tal comercialização passou a ter um valor de mercado, e sua exploração passou a significar a possibilidade de afirmação de poder econômico e político. É o que afirma, com outras palavras, o seguinte fraseado de Nelson Werneck Sodré:

“Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações - que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista que aquele está inserido - é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>16</sup> Maria Helena CAPELATO. *Imprensa e História do Brasil*, p. 13.

mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações”<sup>17</sup>.

Pode-se caracterizar que tais interesses e aspirações são, de forma geral, políticos e econômicos. Qualquer empresa jornalística é possuidora de uma mercadoria, e ela tem um preço - qual é a razão de ser da assinatura, do anúncio comercial, senão servir como mecanismo de troca? Trocam-se informações, anúncios, idéias, concepções, lazer através da leitura por dividendos políticos e econômicos.

Entretanto, sob uma perspectiva ética, a informação e a concepção foram elevadas a direito público. O cidadão tem o direito à informação e à discussão pública de concepções e idéias. Porém, tais informações e concepções não são mercadorias isentas de ideologização política e econômica, mesmo que a atividade jornalística seja pública. Certamente, sendo pública está afeita a dividendos políticos; em sendo particular, estará necessariamente afeita a dividendos econômicos, mas também políticos.

Além dessa dimensão mercadológica, a atividade jornalística acaba sendo construtora de uma legitimação da sociedade capitalista: “os meios de comunicação social ampliam a eficácia da ideologia dominante enquanto cimento da estrutura social e instrumento de direção política... Esses meios de comunicação impregnam as atividades cotidianas, as práticas e crenças sociais, o sentir e o agir, enfim, todo o conjunto dos modos de vida...”<sup>18</sup>.

## **Demarcando o papel do jornalismo e da revista em particular**

Partindo-se da conceituação de José Marques de Melo, o jornalismo é compreendido

“como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre as organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)”<sup>19</sup>.

Dito de um outro modo, uma dada revista - é o caso de *A Escola*, enquanto concebida como canal de difusão - constitui-se no elemento mediador entre a coletividade por ela abrangida, e a organização responsável

<sup>17</sup> Nelson Werneck SODRÉ. *A História da Imprensa no Brasil*, p. 1.

<sup>18</sup> SILVA GOULART. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*, p. 11.

<sup>19</sup> José Marques de MELO. *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 14-15.

pela publicação. Tal mediação, tanto da parte do emissor (a organização) quanto do receptor (a coletividade), não está imune às influências ideológicas ou culturais, tais como: a reflexão sobre temas morais, as representações sociais sobre a criança ou sobre a mulher, exaltação ao civismo, notícias locais ou regionais, homenagem através de pequenas notas, acrescidas de fotos, às personalidades do mundo político e econômico local e regional a fim de prestigiá-las, prestar-lhes honrarias ou tributar-lhes o respeito. Estes são apenas alguns dos temas encontrados na revista, *A Escola*, objeto desta análise.

Por conseguinte, devido à tematização plural presente na exemplificação, em parágrafo anterior, pode-se qualificar o jornalismo como um gênero de trabalho intelectual que serve como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos/privados, políticos/empresariais, culturais/ideológicos. Como instrumento veiculador e manipulador, está portanto destinado a atuar na vida social. Em consequência, o jornalismo não é algo neutro aos acontecimentos, às informações ou às concepções. O que ele produz - e ele faz circular informações e análises -, resulta, ao analista, a possibilidade de construir o perfil de um jornal ou de uma revista. É o que procuraremos realizar no tocante à tematização educacional.

Ou seja, o que uma revista, por exemplo, põe em circulação num determinado ciclo de vida mais significativo, é o que possibilita a construção interpretativa que dela mesma se faça. Adiantamos aqui uma observação, a título de exemplo: a revista, *A Escola*, não é, como deixaria indicar à primeira vista, uma revista eminentemente educacional; no entanto, ela faz circular por nove números, cerca de doze artigos<sup>20</sup> que tratam propriamente da temática educacional do ponto de vista político, administrativo, pedagógico e legislativo. Nosso pressuposto, portanto, é de que a veiculação desses conteúdos temáticos ao lado das justificações concepcionais que os acompanham são a matéria prima de nossa análise, em torno da qual deverá girar nossa interpretação de *A Escola* como revista dedicada, entre outros aspectos, à *Instrução*, como se auto-intitula.

Como se vê, uma dada revista se caracteriza primeiro por ser um veículo de informações - portanto, ela faz circular notícias entre outras coisas - mas também ser modelador da opinião pública através de análises concepcionais sobretudo da vida política, educacional, comercial, literária e moral. Portanto, não é um instrumento neutro, imparcial, à parte da realidade político-social. É nesse sentido que podemos qualificar como pertinente a

---

<sup>20</sup> Tais artigos estão citados como fontes utilizadas ao final deste.

qualquer órgão de imprensa o compartilhar da pulsação da vida sócio-política. Não se pode analisá-lo de outra forma, sob pena de não compreendê-lo como instrumento de comunicação social, conceito imprescindível para se compreender qualquer atividade jornalística.

Ainda mais esclarecedora do conceito de jornalismo é a afirmação do mesmo José Marques de Melo:

“O jornal, assim como a revista, ou o rádio e a televisão, constitui instrumento indispensável para o exercício do jornalismo, mas não exclusivamente. É possível encontrar um jornal que contenha apenas matérias jornalísticas. Mas é possível também encontrar jornal que só contenha anúncios (propaganda) e nenhuma matéria vinculada ao universo da informação de atualidade. Logo, o jornalismo se articula necessariamente com os veículos que tornam públicas suas mensagens, sem que isso signifique dizer que todas as mensagens ali contidas são de natureza jornalística”<sup>21</sup>.

Em versão dicionarizada, o jornal é um “escrito no qual se relatam os acontecimentos do dia a dia”<sup>22</sup>, e revista é uma “publicação periódica em que se divulgam artigos originais, reportagens, etc., sobre vários temas, ou, ainda, em que se divulgam, condensados, trabalhos sobre assuntos variados já aparecidos em livros e noutras publicações”<sup>23</sup>. “Como em todos os países, este gênero de publicação periódica é aquisição do século XIX”. No Brasil, “... nos fins do século [XIX], o jornalismo assenta-se em direções informativas e de ‘atualidades’, deixando campo para que as revistas tomassem corpo... É ainda nesse fim de século [XIX] e nos princípios do século XX que se verifica abundante proliferação de periódicos... com intenções literárias e culturais”<sup>24</sup>.

Portanto, diferentemente do jornal, a revista procura, sempre que possível, tratar dos acontecimentos de uma maneira encadeada, sistematizada, ao contrário do jornal que se caracteriza por fazer filtrar dados que dêem conta do casual, do eventual. A revista costuma construir textos-reportagens mais ou menos completos sobre um dado assunto, possibilitando ao leitor ter uma noção mais ou menos acabada do mesmo. O artigo de uma revista encadeia relações e análises que possibilitam interpretações sobre um dado tema. “A revista constrói o que os jornalistas tradicionalmente chamam de

<sup>21</sup> José Marques de MELO. *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 12

<sup>22</sup> Aurélio Buarque de HOLANDA FERREIRA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, cf. o verbete *jornal*.

<sup>23</sup> *Ibidem*, cf. o verbete *revista*.

<sup>24</sup> Jacinto do Prado COELHO. *Dicionário de Literatura*, cf. o verbete *revistas*.

*um texto redondo, expressão usada nas redações para indicar uma matéria em que não falta nada para o leitor entender tudo o que existe em torno do assunto*"<sup>25</sup>. "A revista, em suma, produz um texto interpretativo, no qual, ao contrário do que ocorre com os jornais e emissoras de rádio e televisão, não há preocupação de construção de um lide igual ao modelo típico dos veículos que narram fatos relativos aos acontecimentos da atualidade"<sup>26</sup>.

"É preciso notar que o texto da revista é recuperativo. A contextualização do fato narrado é feita a partir do processo de recuperação de vários acontecimentos... A matéria da revista é geralmente uma reportagem descompromissada com o factual e com os acontecimentos rotineiros, objetivando muito mais uma interpretação dos fatos e a análise de suas conseqüências, pois raramente pode ou procura oferecer novidades no sentido do que é assegurado pelas emissoras de televisão, de rádio e pelos jornais. Por outro lado, mesmo quando o texto da revista é relativamente curto, ao contrário do que acontece com outros veículos de comunicação de massa, a sua estrutura e conteúdo procuram oferecer uma matéria mais rica em detalhes e informações diferenciadas. Os redatores fazem citações, indicações e comparações que deixam claro estarem narrando fatos para leitores cultos, que conhecem obras literárias consagradas..."<sup>27</sup>.

## **Periodização e determinações do contexto regional e local**

Partindo do primeiro período republicano ou da denominada República Velha, período de largo desenvolvimento da imprensa na região do Triângulo Mineiro, MG, clamamos aqui o testemunho de Nelson Werneck Sodré:

"A mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. Não surgiram de imediato grandes jornais novos: só em 1891 apareceria o Jornal do Brasil. Multiplicaram-se os pequenos, os órgãos de vida efêmera, mas isso sempre acontecera e continuaria a acontecer nas fases de agitação, desaparecendo em seguida"<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup>Elcias LUSTOSA. *O texto da notícia*, p. 105.

<sup>26</sup>*Ibidem*, p. 103.

<sup>27</sup>*Ibidem*, p. 104

<sup>28</sup>Nelson Werneck SODRÉ. *A História da Imprensa no Brasil*, p. 287.

É na “multiplicação de pequenos” que se enquadra a revista *A Escola*. Começara como tablóide em 1908: segundo informações inseridas na própria revista, em seu primeiro número, “*A Escola é uma publicação que conta para dez anos de existência, d’onde resulta que todos os meus supremos esforços não de ser pela sua crescente prosperidade e nunca pelo seu desaparecimento ou irregularidade proposital na sua publicação*”<sup>29</sup>. Aproveitaríamos aqui o ensejo para esclarecer o corte cronológico feito: o único motivo que nos permite estabelecer o corte é a existência de apenas nove números entre maio de 1920 e setembro/outubro de 1921. Será em torno dessa periodização que procuraremos construir a análise. Porém, a atividade jornalística expressa em *A Escola* é mais ampla do ponto de vista cronológico: como vimos, ela se inicia em 1908, cerca de um ano após a chegada de seu diretor, Honório Guimarães<sup>30</sup>, em Uberabinha, MG, e termina, pelo menos editorialmente, em janeiro de 1921, quando passa a ser

<sup>29</sup> Esta citação se encontra em carta impressa anexa à *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(1), na qual se solicita ao destinatário realizar uma assinatura da mencionada revista por doze meses.

<sup>30</sup> Honório Guimarães, nascido a 20/09/1888 no município de Franca, SP, tornou-se cedo jornalista em Uberaba, MG, quando terminava o Curso Normal. Nesta cidade também fez o seu curso primário. Colaborou com as redações dos jornais de Uberaba, Franca, Batatais, SP, e outros lugares. Em Uberaba, ainda publicou um pequeno semanário intitulado *Brado*; posteriormente, publicou *O Lírio*. Foi também escritor, gerente de hotel, solicitador em Uberaba. Em Uberabinha, em fins de 1907 tornou-se professor efetivo da primeira cadeira estadual do sexo masculino. Segundo Tito TELXEIRA, *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da Criação do Município de Uberlândia*, volume II, à p. 223-224, Honório Guimarães “organizou a primeira escola primária montada com todos os requisitos da reforma escolar vigente, estabelecendo uniformes escolares, criou uma banda de música infantil, montou um jornalzinho para a escola, com oficina própria, onde eram ministrados aos alunos os conhecimentos tipográficos e instituiu o ensino militar obrigatório, com fuzis e sabres de madeira... foi premiado com uma viagem à Capital do Estado, ocasião em que visitou os grupos escolares ali existentes. Durante sua permanência na Capital, teve a iniciativa e com os demais professores instalou o primeiro Congresso dos Professores Públicos Primários do Estado de Minas Gerais... Em 1912 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Araguari, onde se casou com a professora D. Margarida de Oliveira, sendo em 1913 nomeado diretor do Grupo Escolar Bueno Brandão, de Uberabinha” até 1920. Além de redator-chefe do primeiro jornal diário de Uberabinha, MG, foi inspetor regional do ensino, sendo nomeado em fins de 1920. A sua circunscrição como inspetor de ensino cobria as cidades mineiras de Estrela do Sul, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas e Carmo do Paranaíba. “... no desempenho de suas funções, deparou-se com um dispositivo regulamentar que incompatibilizavam esposa ou parentes até o terceiro grau em função sob sua jurisdição. Atingido no seu caso que como diretor mantinha sua esposa como professora, esta exonerou-se, e ele protestando contra tais dispositivos, foi transferido para o Grupo Escolar de Cabo Verde, abandonou o cargo e mudou-se para Belo Horizonte, onde sua esposa havia montado o Colégio Belo Horizonte, com o Instituto Comercial de Minas Gerais, anexo. Diplomado em farmácia, foi revisor do “Minas Gerais” na revolução de 30, 1º tenente do Batalhão João Pessoa, farmacêutico em Cercado de Pitangui; exerceu o cargo de professor de uma das cadeiras do 12º e depois do 10º regimento, regeu uma escola noturna em Carlos Prates, quando foi mandado para dirigir o Grupo Escolar de Divinópolis, reintegrado por sentença no Colendo Tribunal de Apelação...”. Para maiores informações biográficas, cf. a referida obra citada acima, às p. 219-224, bem como a revista *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(2): 10-11, julho de 1920.

editorada em Belo Horizonte, MG, para onde se dirigiu o seu diretor, após a sua nomeação para inspetor regional de ensino<sup>31</sup>.

Cremilda Medina também faz algumas observações que nos são úteis na contextualização da atividade jornalística brasileira, o que permite enquadrar a mencionada revista em análise:

“O surgimento da empresa jornalística no Brasil pode ser localizado por volta de 1890. Por essa época, especialmente no Rio de Janeiro (centro de decisões e de movimento econômico), observam-se duas tendências no sentido de transformar a atividade jornalística em exploração comercial e industrial: de um lado, os jornais como a Gazeta de Notícias e o Jornal do Comércio, tradicionais folhas que vêm do tempo do Império, modernizam-se (pelo menos quanto à estrutura econômica), adquirindo equipamento e passando a faturar, principalmente, a venda de espaço publicitário; de outro, surgem novos órgãos como o Jornal do Brasil e, pouco depois, o Correio da Manhã já inteiramente estruturados como empresa e voltados, como qualquer negócio, para o lucro como objetivo”<sup>32</sup>.

Apesar da citação fazer referências a jornais do Rio de Janeiro em fins do século XIX, o que gostaríamos de salientar é o enquadramento da atividade de imprensa no Triângulo Mineiro: a revista *A Escola* aqui em pauta é de iniciativa privada, portanto se firma como uma atividade jornalística destinada à exploração comercial. Por ora deixaríamos apenas registrado, em consonância com o comentário de Cremilda Medina, que a venda de espaço publicitário é uma prática comum da mencionada revista.

*A Escola* era impressa na Tipografia Guimarães, na cidade de Ribeirão Preto, SP, mas sua sede editorial se localizava na então Uberabinha, atual Uberlândia, MG. Em um número da revista, seu diretor, Honório Guimarães, menciona o fato de que não pôde ainda adquirir equipamentos<sup>33</sup> para

<sup>31</sup> “Sob a direção do Professor Honório Guimarães, apareceu em Uberabinha, hoje Uberlândia, em 1908, um pequeno jornal didático intitulado *A Escola*. Em maio de 1920, resolveu seu fundador transformá-lo em revista, que se publicou naquela cidade até outubro. Em 1921, passou a ser editada nesta Capital [Belo Horizonte], com a publicação dos números 6-7, de janeiro. Também durou pouco, porque em outubro seguinte desaparecia, com os números 13-14. *A Escola* dedicava-se à instrução, lavoura, comércio, indústria, ciências, artes, etc. Quando publicada em Uberabinha, era impressa na Tipografia Guimarães, de Ribeirão Preto, São Paulo, e nesta capital na Tipografia Athene. Formato de 21 x 15, 8 a 12 páginas sem numeração e duas colunas. Capas variadas, algumas com retratos de eminentes políticos. O título mudou de tipo três vezes. *A Escola* estampava sempre boas produções sobre literatura, pedagogia e variedades”. In Joaquim Nabuco LINHARES. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*, p. 205.

<sup>32</sup> Cremilda MEDINA. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, p. 47.

<sup>33</sup> Tal menção se localiza no primeiro número da revista *A Escola*: “Tanto assim, que me empenho pela aquisição de oficinas próprias, afim de melhor desenvolver o programa traçado” (cf. carta anexa e impressa, colada junto à primeira página, convidando o destinatário a realizar uma assinatura da revista).

imprimir a revista na própria cidade de Uberabinha, mas ansiava fazê-lo. Portanto, os ideais jornalístico-educacionais da revista passavam pela conjugação com o lucro como objetivo. Na verdade, pode-se caracterizar que o redirecionamento jornalístico de *A Escola* - de jornal didático desde 1908 até tornar-se revista ilustrada em 1920 - representava um empreendimento empresarial como qualquer negócio.

Tais comentários à citação de Cremilda Medina permitiram enquadrar melhor a atividade jornalística do “sertão”, como afirma o próprio diretor de *A Escola* em um editorial. Porém, “... cada processo jornalístico tem suas próprias peculiaridades, variando de acordo com a estrutura sócio-cultural em que se localiza, com a disponibilidade de canais de difusão coletiva e com a natureza do ambiente político e econômico que rege a vida da coletividade”<sup>34</sup>.

Assim sendo, pode-se afirmar que o jornalismo resulta como um componente estruturador e construtor da sociedade urbana e industrial. A atividade jornalística surge para dar sustentação a este tipo de sociedade. A notícia, o anúncio e o debate de temas políticos, educacionais, morais veiculados pela revista cobrem espaços geográficos muito amplos à medida de sua capacidade de circulação, bem como faz circular em tempo muito menor uma quantidade de informação enorme. Portanto, comparativamente a séculos anteriores, o jornal e a revista são provocadores de interação social, à medida que põem em circulação qualquer tipo de informação. Por isso mesmo, eles são como que alicerces parciais da sociedade urbana, carente de dinamicidade na circulação e consumo de informações. Como recurso tecnológico veiculador de informação, eles dão sustentação à vida sócio-urbana.

A esse propósito, a reflexão de Cremilda Medina situa a atividade jornalística enquanto pulsadora do sistema econômico, de sua tecnologia como suporte do próprio processo de industrialização, pois percebe-se que

“... os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades da industrialização, ou que reforça a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base. Nesse momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto de comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural

---

<sup>34</sup>José Marques de MELO. *A opinião no jornalismo brasileiro*. p. 15.

e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada”<sup>35</sup>.

Evidentemente, o quadro populacional urbano da então Uberabinha, um município com 22.956 habitantes, conforme o censo de 1920<sup>36</sup>, não é tão complexo. Estimativamente, pode-se afirmar que a cidade contava com aproximadamente 5.000 habitantes, levando-se em conta que a indicação de John D. Wirth de que “*quatro entre cinco mineiros trabalhavam no campo*”<sup>37</sup>, ou seja, 80% da população habitava a zona rural. Apesar da relativa inexpressividade do município em termos nacionais, ele tinha uma certa significação econômica para o Estado de Minas Gerais<sup>38</sup>. Pode-se entrever, nesse sentido, um processo em formação, se se identifica a mensagem jornalística com o fenômeno da urbanização, estando aí manifesta uma tendência à regionalização da circulação de informação:

“A identificação da mensagem jornalística com atividades urbanas, primeiro comerciais e em seguida industriais, leva-a à expansão que hoje se identifica na comunicação de massa. Para o homem que se afasta do núcleo primitivo de uma sociedade tradicional e transita no espaço extenso e complexo do núcleo urbano entrelaçado com muitos outros núcleos urbanos, os problemas de informação se avolumam”<sup>39</sup>.

Do ponto de vista regional, o Triângulo Mineiro é uma das “extensões lógicas do interior de São Paulo,... ao qual todos estão ligados econômica e culturalmente”<sup>40</sup>; “o Triângulo e grande parte do sul pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista, com o qual estavam ligados através de boa estrada e comunicação por via férrea. Os guias comerciais de São Paulo incluíam os municípios do Triângulo, no final em letra miúda”<sup>41</sup>.

<sup>35</sup> Cremilda MEDINA. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, p. 16.

<sup>36</sup> Cônego Pedro PEZZUTI. *Município de Uberabinha*. História, Administração, Finanças, Economia, p. 35.

<sup>37</sup> John D. WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*, p. 46.

<sup>38</sup> Conferir em John D. WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*, Tabela 1.10, à p. 65: Uberlândia, em 1923, era o 12º município em arrecadação no Estado de Minas Gerais, e distante de Uberaba, 100 km, uma municipalidade que ocupava o terceiro lugar. Na mesma Tabela 1.10, em 1910, Uberaba, aparece também em terceiro lugar. Para dar a verdadeira dimensão do crescimento agrícola e pecuário do Triângulo Mineiro: em 1937, na mesma Tabela 1.10, Uberaba continua em terceiro lugar, Uberlândia, MG, assume o quarto, e Araguari, MG, próxima de Uberlândia, 30 km, aparece em oitavo, entre doze cidades elencadas.

<sup>39</sup> Cremilda MEDINA. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, p. 15.

<sup>40</sup> John D. WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*, p. 41.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 77.

“O Triângulo, ao contrário, era muito bem integrado ao mercado paulista. Por falta de transporte para Belo Horizonte, essa ‘região extensa e rica se comporta como se pertencesse a São Paulo e não a Minas; a troca de produtos é dificultada, as relações comerciais e mesmo os vínculos de polícia e rotina administrativa são atenuados’. Estimava-se que 95% de todos os bens vendidos no Triângulo em 1935 viessem de São Paulo, assim como 95% de seus produtos fossem para o mercado paulista”<sup>42</sup>.

Com essas citações da obra de John D. Wirth, quer se testemunhar a forte influência que o Estado de São Paulo sempre exerceu sobre a região do Triângulo Mineiro. E certamente, a revista *A Escola* sofre também essa determinação: embora circulasse com anúncios de empresas de cidades da mencionada região (Uberaba, Araxá, Araguari, Martinópolis, Patrocínio, Estrela do Sul, Monte Carmelo, Abadia do Bom Sucesso, Patos de Minas, Abadia dos Dourados, São Sebastião da Serra do Salitre, Lagoa Formosa, Carmo do Paranaíba, Abadia da Água Suja, atual Romaria, Iraí, São Sebastião da Ponte Nova, além da própria Uberabinha), não estão ausentes anúncios sobre escritórios de advocacia e de hotéis de Belo Horizonte, bem como não estão ausentes anúncios sobre empresas de Ituverava, SP e de Ipameri, GO. São também expressas no interior da referida revista relações entre profissionais da imprensa de Pinhal, SP e de Franca, SP, além da própria revista ser impressa em Ribeirão Preto, SP.

A consolidação do crescimento da região do Triângulo Mineiro se deu ao final do século XIX: auxiliada pela implantação de estradas de ferro, na década de 90 do século passado, que circulavam pelas cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari, subsidiada por uma modernização da economia agropecuária a partir de 1880. Uberaba constituiu-se em centro comercial, agropecuário (através da importação do gado Zebu da Índia para a sua criação) e agrícola (através do beneficiamento do arroz). Não é sem razão que o clamor de cidades do Triângulo Mineiro se fizesse presente, na década de 1870, no sentido de fundirem-se ao Estado de São Paulo, ou mesmo formarem uma província separada.

Ora, toda essa dinâmica econômica em torno da agricultura e da pecuária, geradora de significativo comércio, presente a partir das últimas décadas do século XIX, representou também pulsação para a imprensa local.

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 107.

A própria cidade de Uberaba, MG, tem em circulação seu primeiro jornal em 1874<sup>43</sup>. Nas palavras de John D. Wirth,

“a imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos”<sup>44</sup>.

### O perfil ideológico-educacional da revista *A Escola*

Estruturalmente e do ponto de vista temático, *A Escola* gira em torno da reflexão sobre educação, sobre temas morais, notícias locais, regionais ou nacionais, publicação de estampas de personalidades do mundo político e econômico local e regional a fim de prestigiá-las. Estes aspectos são complementados por anúncios, inclusive sobre instituições escolares da região, seções literárias e receitas culinárias. Esta síntese de seu conteúdo só foi possível após a leitura dos nove números que circularam entre maio de 1920 e setembro-outubro de 1921: a dita revista não tem um perfil sistemático em torno das seções descritas acima.

Sua sede tem lugar na Praça da República (atual Praça Tubal Vilela, hoje praça central na cidade de Uberlândia), e é uma revista aberta a colaboradores, como se depreende da análise do conteúdo no verso da capa do primeiro número de maio de 1920. Tais colaboradores são nomeados e constituem-se em número de vinte. Quanto às suas profissões e afazeres, uma sumária apresentação os situa ora como escritor, jornalista, político (um deles é ex-deputado federal), diretor de escola, poeta, advogado, ora como professor, publicista, inspetor de ensino, educador, artista, farmacêutico, magistrado. É de se observar ainda que tais colaboradores não são moradores de Uberlândia; quando se especificam suas origens, referem-se a colaboradores de Belo Horizonte, de Espírito Santo do Pinhal, SP, de Uberaba, MG, ou senão simplesmente goiano, mineiro ou do Estado de São Paulo. Nas palavras de Honório Guimarães, “o corpo de colaboradores d’ A

<sup>43</sup> Cf. José MENDONÇA. *História de Uberaba*, p. 71.

<sup>44</sup> John D. WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*, p. 131.

*Escola está sendo organizado com nomes respeitáveis, de modo a corresponder a expectativa dos leitores*"<sup>45</sup>.

É uma revista ilustrada que promete ser de circulação quinzenal, que cobre, quanto ao conteúdo, caracteres de ordem cultural, política, educacional e literária. Aliás, o seu subtítulo, anunciado no início deste artigo, implica em vê-la cobrindo sempre vários aspectos temáticos. A pretensão de seu diretor era que fosse útil a todas as classes sociais, como ele mesmo acentua em seu primeiro editorial. A partir da edição do nº 8, de abril/maio de 1921, o seu diretor a investe como sendo de caráter pedagógico, e caracterizando-a como mineira, mas não deixa de reafirmar o seu subtítulo, ou seja: destinada a assuntos relativos à instrução, lavoura, comércio, indústria, letras, artes, ciências. A partir do mesmo número, aparece o convite à colaboração *"de todos os professores, mandando a esta redação lições sobre História e Geografia dos povoados, distritos e cidades, onde estejam localizadas suas escolas. Estas lições serão publicadas"*<sup>46</sup>.

A tentativa de tornar *A Escola* uma revista de caráter educacional se estreita ainda mais, quando a partir do número relativo a agosto/setembro de 1921, o seu diretor expressa um convite aos inspetores regionais de ensino: *"... rogamos a fineza de nos enviarem a sua preciosa colaboração sobre assuntos pedagógicos, com indicação de medidas tendentes a unificar o ponto de vista da inspeção em relação aos métodos de ensino a serem executados nas escolas oficiais"*<sup>47</sup>. A mesma conclamação pedagógica se dirige também aos diretores de grupos escolares: *"... pedimos que nos enviem trabalhos escritos por alunos, os quais tenham sido executados em classe sob a direção dos respectivos professores, podendo esses trabalhos ser acompanhados de fotografias dos seus autores"*<sup>48</sup>.

O contexto regional, que pudemos traçar, em tópico anterior, nos revela que o desenvolvimento da imprensa é um dos alicerces da vida política, comercial e evidentemente educacional. Embora seja uma revista localista e limitada a pequena tiragem, e com uma circulação não mais que regional, ela faz pulsar nessa mesma região recorrências que são nacionais. Afinal, do ponto de vista metodológico, não se pode isolar uma dada região qualquer, porque ela não é ilhada da problemática nacional.

<sup>45</sup> Tal afirmação se encontra em um convite impresso destinado a captar assinaturas para a mencionada revista, o qual se encontra anexado à *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(1), maio de 1920.

<sup>46</sup> *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(8-9):8, abril/maio de 1921.

<sup>47</sup> *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(12), agosto/setembro de 1921, no verso da capa.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

Segundo John D. Wirth,

“igualmente importante, porém, foi seu papel [o da imprensa local] estimulador nas questões do município; o otimismo para o futuro da empresa local foi sua contribuição. Não deve ser negligenciada a pátina cultural que freqüentemente enfiava suas páginas. Poesia, observações sobre livros e comentários literários aumentavam seu prestígio diante daqueles que valorizavam a civilização. De fato, o número de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor estavam em segundo lugar dentre as publicações de interesse especializado, depois da imprensa religiosa. A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local”<sup>49</sup>.

Posto que a revista em pauta não é somente educacional, propomo-nos a apresentar, a partir de agora, seu perfil quanto ao campo educacional. Passaremos em revista as principais reflexões educacionais presentes no mencionado periódico, com o propósito de oferecer ao leitor suas principais temáticas. Gostaríamos de enfatizar que o mencionado perfil deve ser considerado em sua relação com o contexto regional e local em que elas emergem. Poderemos perceber que a Uberabinha de então e a região compartilharam, em termos de debate pela imprensa, da problemática nacional, porém vivenciando-a em sua particularidade.

O primeiro traço característico da revista, *A Escola*, está na consideração do analfabetismo, tema esse que permeia, com intensidade, toda a discussão educacional brasileira desde o século XIX. Porém, a partir dos fins deste século, a discussão toma corpo com a idéia de educação nacional, aquela que realmente deveria cimentar os laços nacionais brasileiros. Portanto, o regime republicano brasileiro nasce sob a concepção de que caberia à educação um importante papel na configuração da nação brasileira. É com esse viés que o tema do analfabetismo é posto na mesa das discussões: tratava-se de superá-lo, para ver superada uma vergonha nacional. Na citação abaixo, a responsabilidade pelo analfabetismo cabe, segundo o seu autor, aos poderes públicos:

“Do exposto se conclui que, entre nós vai longe, muito longe o descuido ao estudo de nossa língua. Também, não é para menos, levando-se em conta o grau de atraso da instrução do nosso povo, por cuja conseqüência são responsáveis os poderes públicos que não encaram esse problema com decidida energia e boa vontade, deixando que o coeficiente do analfabetismo sobreponha o dos que lêem e

<sup>49</sup> Ibidem, p. 131.

escrevem regularmente. Se, quanto à instrução primária, o atraso é enorme, o que se há de dizer da secundária, dos 'discursos, em geral, de nossos homens públicos e polêmicas de nossos literatos', os quais 'revelam quão descuidado vai entre nós o estudo de nossa língua'<sup>50</sup>.

Um outro autor relaciona a presença do analfabetismo no Brasil com a rebeldia à escola por parte do brasileiro, arriscando-se a interpretar que a desanalfabetização ocorreria em função da obrigatoriedade da instrução escolar:

"O número dos primeiros [escritores] é reduzidíssimo; o dos segundos [leitores] é quase igual à totalidade da população. Os poucos que escrevem, mal são lidos. Falando-se propriamente da ignorância das massas, percebe-se que o mal deriva da falta de uma instrução francamente obrigatória; porque nos países onde ela não o é de fato, mais de metade de seus meninos, no dizer do Sr. Almeida Oliveira, no seu livro *Ensino Público*, cresce na ignorância. Por este lado, somos um daqueles "povos crepusculares" de que fala H. Klencke, citado nos *Estudos Alemães*, de Tobias Barreto. O brasileiro é, (pelo menos tem-no sido até aqui), rebelde à escola. Não lê. E quando leia, não estuda. A grande maioria de nossa infância escolar, não vai além do segundo ou terceiro ano das primeiras letras. Fora da escola, jamais põe os olhos em duas linhas de leitura. O povo, esse, não lê; por isso, é banal, negligente e impatriótico, sem educação cívica e sem costumes políticos"<sup>51</sup>.

Continuando nesse diapasão político que encerra a última citação em suas linhas finais, o autor deixa entrever a necessidade da educação como construtora da nação sobretudo nas primeiras linhas da citação a seguir:

"Toda a vida social da nação é-lhe absolutamente desconhecida. Instruir-se ou interessar-se pelas coisas pátrias, é um dever superior às suas forças. Apenas uma parte superficialíssima da nação é que se acha aparelhada para demorar o olhar refletindo sobre uma coluna de jornal ou uma página de livros sérios. O resto, não suporta senão os assuntos chocarreiros de política partidária ou os produtos de uma literatura barata, e faldada e imoral. Temos, pois, o luxo da nescidade, da ostentação da parvoíce; e, em contrabalanço com a nossa adorável

<sup>50</sup> Filinto de O. NEVES. *Tratos à bola*, p. 7

<sup>51</sup> Godofredo P. da SILVA. *Crônica literária*, p. 1.

democracia política, a nossa mais adorável aristocracia da ignorância...”<sup>52</sup>.

Ainda em tons político-educacionais, o diretor do periódico em pauta, Honório Guimarães, oferece considerações a respeito de uma legislação sancionada para o Estado de Minas Gerais, a lei nº 800, de 27 de setembro de 1920 durante o governo de Artur Bernardes (1918-1922), e de seu Secretário do Interior, Afonso Augusto Moreira Pena Júnior: novamente o analfabetismo está em foco, porém em terras mineiras. De novo, aqui espelha-se a esperança com o ensino obrigatório que tal lei sancionava, na expectativa de se liquidar com o mesmo analfabetismo:

“Foi adotado o instituto da obrigatoriedade do ensino cuja violação é punível com multa e prisão.

A administração rompeu, conseqüentemente, contra a índole conservadora do povo, representada na obediência aos princípios que acoimavam de inconstitucionalidade a benéfica medida.

Os srs. Artur Bernardes e Afonso Pena ameaçam guilhotinar impiedosamente o monstro do analfabetismo, que tem embaraçado os surtos de progresso na terra mineira.

Nenhum gesto mais altruístico poderia perpetuar melhor os nomes de suas excias, que passarão à posteridade como evangelistas de uma era nova para a coletividade, cujos destinos lhes foram acertadamente confiados.

O dr. Afonso Pena Júnior, pulso delicado que é fortaleza inexpugnável; caráter impoluto que foi herança de fidalgo; espírito luminoso que é uma alvorada de nobres ideais; coração magnânimo que opera o milagre da justiça, - o dr. Afonso Pena vai ser o patrono de uma reforma benemérita, avigorando o patriotismo de quantos adivinharam um dia melhor, através da tempestade da rotina.

Confieemos, pois, na Reforma que se anuncia, calcada nos princípios da obrigatoriedade do ensino instituída pela lei 800”<sup>53</sup>.

Ainda a propósito da mesma lei nº 800, merece ela, da parte de Honório Guimarães, uma pequena nota elogiando primeiramente a figura de Artur Bernardes, quando de sua candidatura à Presidência da República. Porém, o artigo se concentra em considerações político-administrativas do ensino no Estado de Minas Gerais. O tema do analfabetismo aparece aí também de maneira tangencial:

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>53</sup> Honório GUIMARÃES. *Reforma do ensino*, p. 6.

“Está sendo regulamentada a lei n. 800, do ano passado [1920], que reorganizou a instrução primária estadual. Já foi submetido à crítica dos professores e educadores mais provecos e dos membros do Conselho Superior do Ensino, devendo ainda ser discutido e emendado por este para subir à sanção.

É de esperar que essa remodelação imprima à causa do ensino, alguns ramos felizes: pela instalação definitiva da Diretoria Geral do Ensino, há tanto preconizada por todos os técnicos; pela instituição rigorosa e inofismável das promoções e provimento dos melhores cargos por professores; pelo aumento do corpo de inspetores e melhoramento da fiscalização, de cuja eficiência depende a do ensino; pelo aproveitamento do professorado já existente mediante o agrupamento escolar e o trabalho em dois turnos de horários mais reduzidos (o que torna mais econômico o tremendo encargo da luta contra o analfabetismo); pela criação de conselhos locais de instrução e, finalmente, por um sistema simples e prático de incitamentos e estímulos à atividade municipal e individual, tão benéfica para a causa da instrução popular”<sup>54</sup>.

Um outro artigo, agora de Cândido Prado, lembra a figura do inspetor de ensino no Brasil, carregada de representações, tais como a que salienta a inspeção de ensino como concorrente “ao progresso da instrução popular”<sup>55</sup> ou como “alavanca primordial de toda a solução escolar fecunda”<sup>56</sup>, ou ainda como “representante nato da direção geral da instrução dos filhos do povo”<sup>57</sup>. Porém, o artigo em análise também relaciona a figura do inspetor de ensino como aquele que tem uma “abnegação evangélica”, “capaz de destruir o analfabetismo” - e em tons positivistas - o qual “constitui o mais terrível inimigo do progresso e da civilização”. Vejamos melhor o trecho do artigo, ao qual se refere este comentário:

“O inspetor do ensino, qual missionário do bem, nas suas contínuas peregrinações pelo orbe desencontrado, com uma abnegação evangélica, exposto à soalheira e à inclemência do tempo, alimentando-se parcamente e passando noitadas mal dormidas pelos recônditos de regiões inóspitas, exausto pela fadiga de longas e penosas jornadas, é o servidor do Estado que mais direito tem às bênçãos da humanidade. A sua gloriosa ação, contínua e sistemática, na escola e fora dela, como a de um tufão bendito, tem a força de um

<sup>54</sup> Honório GUIMARÃES. *A mensagem*, p. 3.

<sup>55</sup> Cândido PRADO. *A inspeção do ensino*, p. 7.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 7.

poder supremo, capaz de destruir o analfabetismo que constitui o mais terrível inimigo do progresso e da civilização. O inspetor do ensino é o maior construtor da grandeza da Pátria e da soberania do Povo”<sup>58</sup>.

Recorrentemente ainda, o tema do analfabetismo aparece num artigo de Honório Guimarães, intitulado *Para o Centenário: um Congresso Nacional de Instrução Primária*, o qual traduz dificuldades orçamentárias para o combate pela educação. Destaque-se ainda o comentário sobre o governo paulista quanto à redução cronológica do curso primário:

“Os governos de alguns desses Estados, pela voz dos seus presidentes, em mensagens bem fundamentadas ao legislativo local, manifestam o desejo de que a passagem do Centenário registre medidas administrativas tendentes a um combate sério à vfbora do analfabetismo.

São Paulo veio para o campo, instituindo e executando a obrigatoriedade do ensino, providência que se faz imperiosa se se tem em vista lutar com probabilidades de vitória.

Mas, um entrave há de sempre existir à ação dos governantes, e esse será a deficiência das verbas orçamentárias, que nunca poderão ser tais que possam responder pela manutenção eficaz de um serviço complexo como o da obrigatoriedade da frequência escolar.

Tanto é assim, que a administração paulista teve de reduzir o curso primário a um período restritamente bastante para a prática da desanalfabetização, ou seja um curso de dois anos, golpeando a moderna orientação pedagógica, segundo a qual a instrução primária não deveria ser dada em quatro, mas em cinco ou seis anos...”<sup>59</sup>.

Ainda nesse mesmo artigo, ao finalizá-lo o autor reclama da quase centenária independência política brasileira asfxiada pelos 80% de analfabetos:

“Durante cem anos de vida autônoma, temos de considerar uma coletividade de 80% de analfabetos, o que significa termos de levar para mais de cinco vezes cem anos a chegarmos à situação de uma Suíça, de uma Alemanha, se os governos não tomarem, desde já, uma providência decidida em relação à educação do povo”<sup>60</sup>.

O analfabetismo é ainda refletido como integrador da ignorância brasileira:

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>59</sup> Honório GUIMARÃES. *Para o Centenário: um Congresso Nacional de Instrução Primária*, p. 1.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 3.

“A principal, é o analfabetismo, avalanche enorme, massa coesa de inconscientes, chegado quase à integração da ignorância brasileira. Um povo, de perto de vinte milhões de indivíduos, que apenas conta com meia dúzia de intelectuais, não é povo: é zero. De sorte que não temos nem escritores, nem leitores”<sup>61</sup>.

A segunda temática que nos chama a atenção é a veiculação da ideologia positivista na revista *A Escola*. Embora não hajam muitas evidências, nossa hipótese é de que o editor da mencionada revista, Honório Guimarães, era positivista. Isso transparece em uma pequena nota à memória de Benjamin Constant (1836-1891), um dos fundadores da República brasileira: “A muita veneração que tributamos à memória do grande Cidadão Benjamin Constant, levou-nos a prestar, na presente edição, esta homenagem à sua idolatrada Esposa, dona Maria Joaquina há pouco falecida”<sup>62</sup>. Esta nota aparece logo após a reportagem intitulada *Culto Cívico*<sup>63</sup>, de quase quatro páginas, cuja finalidade era cultuar a memória de Dona Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães, esposa de Benjamin Constant, falecida em 1921.

Além dessa evidência, o editor da revista *A Escola* reproduz, - certamente a fim de fazer veicular e provocar discussões - em um número de maio de 1920, uma reportagem de 1919 d’*O Estado de São Paulo*, conhecido jornal paulista, de cunho claramente positivista. E uma das concepções que permeia esta ideologia é sustentar a educação como capaz de moralizar o homem, visão esta muito presente, por exemplo na postura de um Émile Durkheim (1858-1917)<sup>64</sup>:

“Do que ensinam os professores de primeiras letras é que depende o rumo que cada um seguirá na vida. As forças morais que nas escolas se adquirem é que nos podem proporcionar venturosos dias. Quando nos faltam essas forças, o que se regista são as explosões de violências, os gestos inesperados e impulsivos, manifestações de falta de elevação de espírito, demonstrações de depressão moral. E é por isso que sempre se falou e se fala na antiga doutrina que admite as expansões de violência como manifestações da natureza, e que as

<sup>61</sup> Godofredo P. da SILVA. *Crônica literária*, p. 1.

<sup>62</sup> Honório GUIMARÃES. *Homenagem*, p. 7.

<sup>63</sup> Honório GUIMARÃES. *Culto cívico*, p. 2, 4-5 e 7.

<sup>64</sup> A propósito do tema da moralização vinculada à pedagogia segundo Durkheim, cf. a obra de Heloísa Rodrigues FERNANDES. *Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil*: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim. Ou senão, a própria obra de Émile Durkheim. *La Educación Moral*.

crises da infância e da idade madura, quando faltem um mestre ou mãe para guia, são manifestações de desequilíbrios orgânicos”<sup>65</sup>.

Observe-se que na citação há um contraponto entre as “forças morais” e “as explosões de violências”, mediado pelo papel pedagógico do professor, enquanto provocador de equilíbrio orgânico no ser humano. A citação que vem a seguir deixa ainda mais clara esta concepção de educação como “forma científica de destruir as comoções violentas”:

“Nesses casos a ciência do mestre intervém e, estudando as tendências da organização de cada indivíduo, pode transformá-lo, corrigi-lo, melhorá-lo, aperfeiçoá-lo, aproveitando-se, para isso, até mesmo daquilo que tenha de combater. Assim, pode dizer-se que a educação é uma forma científica de destruir as comoções violentas, aproveitando não só as tendências, mas também as falhas, os defeitos, é que ela constitui uma base mais firme para conseguir-se que a humanidade abandone todos os métodos de violência e entre a estudar os meios por que possamos gozar melhores dias, numa vida mais suave”<sup>66</sup>.

Ou senão este outro trecho que caminha no mesmo diapasão:

“Quando houvermos dado ao mestre o lugar que de direito lhe compete na sociedade; quando o mestre-escola for definitivamente o formador do caráter dos seus alunos; quando ele trabalhar como se torna preciso para o desenvolvimento intelectual dos que lhe passarem pelas mãos, a humanidade não precisará mais das violências, e nós entraremos numa nova era de paz e de ordem, podendo satisfazer os nossos mais alcandorados desejos”<sup>67</sup>.

Outro traço característico do positivismo é a afirmação de uma postura laica. Na citação que segue abaixo, tal laicismo se afirma em negar que a Igreja Católica tivesse a glória de ser a inauguradora de universidades. Belén Sárraga, a conferencista

“lembrou, depois, que a Igreja, reivindicando para si a glória da educação dos povos em todos os tempos, fala a cada passo, e com certo orgulho, nas suas Universidades. Mas pode chamar-se de universidade aquilo a que a Igreja dá esse nome? Não lhe parece. Nas universidades passavam os homens anos e anos para aprender latim,

---

<sup>65</sup> Belén Sárraga. *O Ensino primário segundo Belén Sárraga, numa conferência em 1919 no Teatro Apolo de São Paulo*, p. 13.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 15.

grego, teologia, e, de história e geografia, apenas o que bastava para satisfação dos interesses da Igreja...”<sup>68</sup>.

Observe-se como o laicismo, também de caráter anticlerical, aqui reunindo as figuras do mestre-escola e do sacerdote, articula uma visão evolutiva e superadora do religioso e do teológico, como que a lembrar da teoria dos três estados de A. Comte (1798-1857):

“É curioso observar que desde os tempos mais remotos os mestres-escolas e os sacerdotes ocuparam as duas conchas da balança da vida. À medida que uma se eleva, a outra desce. À medida que o professor aparece e cresce no conceito das sociedades, os padres se afastam. E à proporção que a democracia ganha terreno, a concha que se abaixa é aquela que o sacerdote ocupa. Entretanto, não se pode dar ainda o nome de sacerdócio à missão que o mestre-escola desempenha, incomparavelmente superior em tudo a do padre. E que diferença extraordinária nos trabalhos que um e outro desempenham! O professor, para a sua missão, necessita de possuir qualidades notáveis”<sup>69</sup>.

A mesma observação feita anteriormente também vale para a citação abaixo: laicismo e anticlericalismo definem as distinções que a Sra. Belén Sárraga faz para o campo da educação.

“Tratando propriamente da educação, e escusando-se estabelecer a distinção entre educação e instrução, a Sra. Belén Sárraga dividiu-a em três classes: a educação religiosa, a educação mista e a educação integral ou leiga. A educação religiosa foi a primeira que se conheceu quando começou a propagar-se a idéia de educação coletiva. Deu tão mal resultado, que, se a princípio todos os Estados a adotaram com entusiasmo, hoje não há um só que a mantenha. Mantém-na, entretanto, as sociedades religiosas nas suas escolas. Não a apoia o governo; mas apoia a Igreja. Entre outros muito inconvenientes, tem o de impedir o desenvolvimento moral dos indivíduos, pois nelas as crianças pensam e agem de acordo com a vontade superior do mestre. Quando nasce uma criança, é necessário enfaixá-la para o evitar o desenvolvimento demasiado de seus membros. Com as crianças a quem se ministra a educação religiosa dá-se coisa parecida: enfaixa-se o seu espírito, para que os seus pensamentos não se desenvolvam, para que a sua vontade não se possa desenvolver. Essa educação serve para

---

<sup>68</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 13.

fazer povos escravos e escravos da mais triste das escravidões: a escravidão da vontade.

A educação que a oradora chama mista é aquela que se ministra nas escolas que, sendo leigas, mantêm, todavia uma cadeira de religião. As suas desvantagens são inúmeras e ressaltam até mesmo da contradição dos ensinamentos. Basta dizer que se ensina a uma criança que um mais um, mais um, são três, e depois, ao explicar-se o mistério da divindade, que um mais um, mais um, são um... Ensina-se que o sol é o centro do sistema planetário, que a terra e todos os astros giram em torno dele e, entretanto, ensina-se depois que, precisando dizimar uns tantos homens, Josué levantou o braço e determinou ao sol que parasse, no que foi obedecido... Fala-se às crianças na constituição da família, ensina-se que a mulher e o marido se devem respeito mútuo e fidelidade, logo depois, vai a religião e conta-lhes que David, apaixonando-se por uma mulher casada, para não praticar um delito contra a fidelidade, praticou um outro, matando o marido dessa mulher. E como se isso não bastasse, fala-se-lhes ainda de Salomão, que tinha trezentas mulheres legítimas, fora as outras“.

... Finalmente, a educação leiga é que vai buscar na vida de cada indivíduo as manifestações úteis à coletividade. Preside-a em todos os seus atos, a liberdade ampla. Desde o desenvolvimento físico da criança até o seu desenvolvimento intelectual, tudo faz espontaneamente, naturalmente, porque a missão do mestre é apenas expor, e nunca impor”<sup>70</sup>.

O terceiro traço distintivo que circou pela revista *A Escola* nos anos 20 é a defesa da pedagogia moderna. Pode-se caracterizar que na história do pensamento educacional, a postura comteana de educação, inspirada também em ideais iluministas, acaba também por convocar a necessidade de modernizar a pedagogia. Banir os métodos pedagógicos antiquados e pautar-se pela defesa do ensino leigo (sem dúvida, uma tônica de cunho positivista) são a base da conferência da Sra. Belén Sárraga já citada várias vezes: “... *a notável oradora disse que a aplicação dos modernos métodos pedagógicos às crianças, o banimento de todos os métodos antiquados, a divulgação do ensino leigo, representam o lançamento da primeira pedra no edifício da felicidade dos povos*”<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 15.

Em quatro diferentes edições da revista *A Escola*, todas de 1921, o editor da mesma reproduz um artigo de James L. Hughes<sup>72</sup>, - segundo ele, um “festejado pedagogo norte-americano”. Os quatro artigos são muito ricos em conselhos disciplinares ao professor, bem como em prescrições metodológicas de ensino, também evidentemente voltadas ao professor. Um exemplo: depois de trazer o subtítulo, *É um erro não ser escrupuloso no ensino*, afirma:

“Uma das lições mais importantes de uma aula é a da perfeição. O conhecimento só é valioso, quando digno de confiança. Seja exato desde o começo, embora haja aparente morosidade. Haja certeza de que uma idéia será claramente compreendida e gravada antes de passar-se a outra. Evitem-se expressões ambíguas e quando empregadas oralmente ou por escrito sejam corrigidas logo”<sup>73</sup>.

O exemplo seguinte já realiza a defesa da pedagogia moderna, pelo *slogan* de que se “aprende fazendo”:

“Definições de geometria, gramática, etc não devem ser dadas, enquanto a sua necessidade não for sentida pelos alunos. Ninguém põe um menino, numa oficina, a aprender a descrição ou definição de ferramentas que terá de empregar, como meio de se iniciar em seu uso. Aprende a manejar o instrumento manejando-o. Nenhum mestre, digno desse nome, cairá no erro de obrigar seus alunos a decorarem tábuas, alfabetos e definições, antes que tenham necessidade de empregá-los”<sup>74</sup>.

Ou com mais clareza, a defesa do mesmo princípio:

“É princípio fundamental do ensino: A CRIANÇA APRENDE A FAZER, FAZENDO. Bem seguido, tem este princípio as seguintes vantagens: 1º - Desenvolve o poder construtivo do educando, e a ação da vontade é a mais alta faculdade que pode o professor desenvolver; 2º - É o único meio de prender a atenção. O menino que se serve de suas mãos está forçosamente atento, porque nem um espírito senão o próprio l’has poderá guiar. Lembre-se o professor de que os sentidos são meros servidores do espírito. Levam as impressões ao cérebro,

---

<sup>72</sup> Os dois primeiros artigos são intitulados *Erros no ensino: erros de disciplina*, e foram publicados nos números 8/9 de abril-maio de 1921 e 10/11, de maio de 1921; o terceiro e o quarto artigos, intitulados *Erros no ensino: erros de método*, foram publicados nos números 12, de setembro de 1921, e 13/14 de setembro/outubro de 1921. Ao todo, os quatro artigos ocupam cerca de dezesseis páginas, o que pode ser conferido nas referências bibliográficas ao fim deste.

<sup>73</sup> James L. HUGHES. *Erros no ensino: erros de método*, p. 13.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 14.

mas a exatidão, a intensidade e a permanência das impressões dependem do próprio cérebro. Os sentidos não moldam o pensamento; fornecem ao cérebro os materiais de que ele se forma. Levam ao cérebro um número infinito de impressões; se o espírito não assume atitude receptiva nem um pensamento se desenvolve e, ainda que as idéias se formem, não perduram se não forem empregadas. Exigir que os alunos aprendam a fazer fazendo, o único método que em absoluto impõe o cumprimento de todas as condições necessárias para conseguir clareza e permanência do pensamento. Deste modo a atenção se fixa, o cérebro não só recebe impressões, mas as molda em pensamentos que logo emprega na execução do trabalho”<sup>75</sup>.

Na mesma linha de defesa da pedagogia moderna, o autor afirma o anseio pelo ensino centrado na criança:

“Dizer não é ensinar: fazer preleções ou discursos não é ensinar. O professor deve conduzir ou guiar os seus alunos através do jardim dos conhecimentos, mostrando-lhes as espécies de frutos vantajosos ou nocivos e quais os mais próprios meios de obtê-los, mas abstenha-se de os colher, comer e digerir por eles. Isto auxiliará o seu desenvolvimento, proporcionando à sua atividade o trabalho desejado”<sup>76</sup>.

Ainda como representação da pedagogia moderna, apresentamos um pequeno comentário de Honório Guimarães a um livro intitulado, *O pequeno brasileiro*, de autoria do Cel. Odilon J. Ferreira (tabelião do 2º ofício da então Uberabinha), e destinado às escolas primárias para o ensino de leitura, a respeito do qual tece considerações sobre a ausência de ilustrações, um meio auxiliar no processo de aprendizagem: “*Seria de mais efeito o livro do sr. Odilon se estivesse ornado de gravuras, o que muito auxiliaria o estudante no seu aprendizado. Este inconveniente, porém, sana-lo-á por certo o ilustre autor, na próxima edição, pois acreditamos que O Pequeno Brasileiro tem carinhosa acolhida nas aulas de instrução primária*”<sup>77</sup>.

Por fim, o quarto aspecto que gostaríamos de salientar na configuração do perfil ideológico-educacional da revista em pauta é a defesa da municipalização do ensino, não porém em termos absolutos. Isso acontece particularmente no artigo, *Para o Centenário: um Congresso Nacional de Instrução Primária*, assinado também por Honório Guimarães. Tal artigo

<sup>75</sup> James L. HUGHES. *Erros no ensino: erros de método*, p. 8.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>77</sup> Honório GUIMARÃES. *O pequeno brasileiro*, p. 6.

acaba sendo uma mescla de comentários e citações de uma Mensagem enviada ao Congresso Mineiro pelo então Presidente do Estado, Artur Bernardes. Citando a referida Mensagem:

“Enquanto o problema do ensino primário se tratar, entre nós, à revelia do município, (que o vitalizaria criando em torno dele o indispensável espírito público) - e à revelia da União, que o orientaria, coordenaria e, sobretudo, nacionalizaria - toda solução que se lhe der será obra mal fundada e mal acabada, sem rendimento que compense o esforço despendido.

Assinalo com prazer que as câmaras Municipais de Abre Campo, Aimorés, Baependi, Bom Despacho, Manhuassu, Monte Alegre, Passa Quatro, Prata, Rio José Pedro, Uberabinha, Vila Jequitinhonha, Rezende Costa e São Gotardo, atendendo à sugestão da minha Mensagem última, votaram gratificações especiais aos normalistas que aceitem a regência das escolas rurais não providas dos respectivos municípios.

Continuo a pensar que só essa conjugação de esforços estaduais e municipais faria cessar a impressionante vacância de escolas estaduais em zonas de vida cara e sem conforto, e espero que outros municípios nas condições dos mencionados, onde existem escolas permanentemente vagas, acudam ao convite especial que a Secretaria do Interior lhes dirigiu para a referida cooperação”<sup>78</sup>.

Em seguida a esta citação, o comentário de Honório Guimarães se faz na direção de que os municípios assumam ônus no tocante ao financiamento do ensino primário:

“Para obter-se que a ação dos municípios se faça sentir, colaborando, moral e materialmente, na obra da educação, ter-se-ia que estudar um plano segundo o qual as municipalidades assumissem, espontaneamente, compromissos certos e estipulados num como que convênio, visto que a Constituição atribui ao Estado a obrigação de custear o serviço da instrução primária. E ainda que pudesse ser regulada a cooperação do governo federal nessa obra, faz-se indispensável um entendimento da União com os Estados, de modo a ficar respeitado o texto constitucional, neste ponto”<sup>79</sup>.

Citando novamente a referida Mensagem, a qual faz referência a uma outra de 1918, percebe-se aí uma associação entre municipalização do ensino e governo popular:

---

<sup>78</sup> Honório GUIMARÃES. *Para o Centenário: um Congresso Nacional de Instrução Primária*, p. 2.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 2.

“Assinalando que em 1908 as escolas municipais eram em número de 668, com 17.338 alunos, situação essa que se não modificou até 1919, na mensagem do ano passado dirigi um apelo cordial às administrações locais para que entrassem a reparar essa lamentável estagnação da atividade educativa, a pedra de toque de um governo popular”<sup>80</sup>.

Arrematando o referido artigo, Honório Guimarães sugere a realização de um congresso nacional a se reunir na cidade do Rio de Janeiro, capital do país, por ocasião das comemorações do centenário da independência política brasileira, completando, em seguida, com a defesa de uma verba municipal para a educação:

“As considerações que aí ficaram, são para justificar o nosso propositor ao lembrar, destas colunas, a constituição de um congresso de instrução primária, a reunir-se na Capital Federal por ocasião das festas do Centenário, e no qual seriam aventadas as medidas extremas no sentido da desanalfabetização, pelo menos, do povo brasileiro, representado por essa quase unanimidade, de 80% de gente que não sabe ler e escrever.

Esse congresso seria promovido pelos presidentes e governadores dos Estados, sob o amparo do governo da União, comparecendo a ele os delegados das câmaras municipais do Brasil e os representantes da administração do ensino em cada Estado.

Os representantes das municipalidades firmariam um convênio, segundo o qual ficavam obrigadas a incluir nos seus orçamentos uma verba certa e desde logo estipulada, como auxílio à manutenção da instrução pública”<sup>81</sup>.

## Conclusões

Procurando apontar algumas referências distintivas da revista *A Escola* em relação ao pensamento pedagógico brasileiro, observa-se que é um periódico qualificável como inovador, na medida em que introduz, anteriormente às reformas estaduais de veio escolanovista que ocorreram no Brasil durante a década de 20, um ideário moderno de educação. Isso comprova, regionalmente falando, uma interiorização desse mesmo ideário, significando que a Uberabinha de então compartilhava do “bando de idéias novas” em matéria de Educação, que circulavam pelo Brasil afora.

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 3.

Referir-se ao “bando de idéias novas” faz-nos recordar também da ideologia positivista, muito presente a partir das últimas décadas do século XIX, ainda no decorrer do período imperial brasileiro. Em que pese a vinculação da perspectiva positivista com a pedagogia tradicional - como ocorre com o pensamento de José Veríssimo em *A Educação Nacional* -, a revista *A Escola* demonstra, pela pena de Honório Guimarães, o perfil que aproxima o Positivismo da Educação Nova. O perfil que pudemos construir demonstrou isso.

Quanto à municipalização do ensino, pelo menos parcialmente como o defende a revista em pauta, teríamos a dizer, com Luiz Antonio Cunha, que faz parte da administração “zig-zag”<sup>82</sup>: a ausência de um sistema de ensino orgânico faz com que oscilem as administrações quanto à proposta curricular, quanto ao plano de carreira, quanto às prioridades educacionais, e mesmo quanto ao financiamento da educação, como vimos na problematização da municipalização do ensino. Ali, as atribuições da União, do Estado e do Município não estão bem postas, pois a Mensagem de Artur Bernardes sugere que os municípios assumam ônus financeiros, os quais eram cabíveis constitucionalmente aos Estados. Observe-se também que a defesa de Honório Guimarães vai no sentido de se conseguir uma cooperação do governo federal para o financiamento da educação primária.

Para finalizar, apenas uma palavra sobre o analfabetismo considerado ora como vîbora, ora como monstro, aliás que nos assola ainda nos dias de hoje. Veiculado pela imprensa na região do Triângulo Mineiro, sem dúvida nenhuma uma prática discursiva conscientizadora a respeito do Brasil real, a problematização em torno do analfabetismo, como vimos, se fez em várias dimensões, abordando-o desde o ângulo político-educacional, legislativo, cultural e até mesmo o econômico.

A revista *A Escola* possuía, editorialmente falando, um projeto de ser nacional<sup>83</sup>, mas realizou-se apenas regionalmente: os seus anúncios cobriam cerca de dezessete cidades da região, excluindo Belo Horizonte, MG, Ipameri, GO, e Ituverava, SP, de outras regiões ou de outros Estados, cidades essas que também se fizeram representantes através de anúncios. Como vimos, seu questionamento em torno de temas educacionais demonstra uma vinculação à problemática nacional de então: clamar pela solução do

---

<sup>82</sup> A propósito desta expressão e de maiores detalhamentos conceituais, indicamos a obra de Luiz Antonio CUNHA. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*, p. 474-475.

<sup>83</sup> “Pondo-o [o programa da revista] acima dos interesses locais ou regionais, quisemos que *A Escola* tenha acolhida em todo o Estado de Minas, e quiçá indistintamente em qualquer parte do Brasil” (cf. *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(1):1, onde o seu diretor nos oferece ao que hoje qualificamos como editorial.

analfabetismo, realizar a defesa de uma pedagogia moderna, buscar o amparo econômico para o ensino primário nos municípios como sinônimo de um zigzaguear administrativo-educacional e a inspiração na ideologia positivista são marcas de nossa educação brasileira nos anos 20. Testemunha-se aqui a presença das questões nacionais na região do Triângulo Mineiro e na local Uberlândia. O local e o regional apresentam especificidades e singularidades, contudo não estão desligados do movimento histórico nacional.

## Fontes utilizadas

- GUIMARÃES, Honório. O Pequeno Brasileiro. *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(3):6, julho de 1920.
- \_\_\_\_\_. Reforma do Ensino. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(6-7):6, janeiro de 1921.
- \_\_\_\_\_. A Mensagem. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(12):3, agosto/setembro de 1921.
- \_\_\_\_\_. Homenagem. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(12):7, setembro de 1921.
- \_\_\_\_\_. Para o Centenário: um Congresso Nacional de Instrução Primária. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(13-14):1-3, setembro/outubro de 1921.
- HUGHES, James L.. Erros no Ensino: Erros de Disciplina. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(8-9):10-11, abril/maio de 1921.
- \_\_\_\_\_. Erros no Ensino: Erros de Disciplina. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(10-11):10-13, maio de 1921.
- \_\_\_\_\_. Erros no Ensino: Erros de Método. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(12):10-14, setembro de 1921.
- \_\_\_\_\_. Erros no Ensino: Erros de Método. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(13-14):6-10, setembro/outubro de 1921
- NEVES, Filinto de O. Tratos à Bola. *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(1):6-7, maio de 1920.
- PRADO, Cândido. A Inspeção do Ensino. *A Escola*, Belo Horizonte, MG, 9(8-9):7-8, abril/maio de 1921.
- SÁRRAGA, Belén. O Ensino Primário segundo Belén Sárraga, numa Conferência realizada em 1919 no Teatro Apolo de São Paulo. *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(1):13-15, maio de 1920.
- SILVA, Godofredo P. da. Crônica Literária. *A Escola*, Uberabinha, MG, 9(2):1-4, julho de 1920.

## Referências bibliográficas

- AMADO, Tina et alii. Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação. In ANPED. *Avaliação e Perspectivas na área de Educação: 1982-1991*. Porto Alegre, 1993, p. 201-215.

- BASTOS, Maria Helena C. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo, FEUSP, 1994, tese de doutoramento.
- BUFFA, Ester. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(150):301-313, maio/agosto 1984.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto e Universidade de São Paulo, 1988.
- CASTRO, Amélia Domingues de. A Didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: um percurso de quatro décadas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(150):291-300, maio/agosto 1984.
- CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919*. São Paulo, FEUSP, 1989, tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. A imprensa periódica educacional: as Revistas de Ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, MG, 10(20):115-130, jul./dez. 1996.
- CHIZZOTTI, Antonio. Avaliação & Perspectiva da pesquisa através das publicações em periódicos. In ANPED. *Avaliação e perspectivas da área de Educação: 1982-1991*. Porto Alegre, 1993, p. 217-227.
- COELHO, Jacinto et alii (dir.). *Dicionário de Literatura*. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Publicações, 1969.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo, Cortez; Niterói, Editora da UFF; Brasília, FLACSO do Brasil, 1991.
- CUNHA, Marcus Vinicius da. *A escola renovada e a desqualificação da família (1944-1960)*. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da ANPED, 1997. Mimeografado.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo, Summus, 1986.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil: um estudo sobre a Educação Moral em Émile Durkheim*. São Paulo, EDUSP e Escuta, 1994.
- GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.
- GONDRA, José Gonçalves. *Ecos da República: ciclo de vida e doutrina médica da Revista Pedagógica*. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da ANPED, 1997. Mimeografado.

- GOULART, Silva. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero, 1990.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- LEMBRUGER, Márcio Silveira. *A educação na revista do Clube Militar de 1946 a 1964*. Comunicação apresentada na 19ª Reunião Anual da ANPEd, 1996. Mimeografado.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília, UnB, 1996.
- MACHADO, Maria Clara Thomaz. A pobreza urbana na ótica do capital (Uberlândia - 1900-1960). In Silva, Marcos A. da (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq, 1990.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª edição. São Paulo, Summus, 1988.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2a. edição rev.. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C.. *A experiência do CBPE nos anos 50 e 60: um projeto de Anísio Teixeira*. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da ANPEd, 1997. Mimeografado.
- MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba, MG, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte, MG, Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- \_\_\_\_\_. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte, MG, Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NERY, Ana Clara B.. *A Revista Escolar e o movimento de renovação em São Paulo*. São Carlos, UFSCar, 1993, Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Thais Baptista Carvalho de. *O acendrado civismo, a esmerada ordem e a perfeita disciplina: lições da Escola Superior de Guerra (1954-1960)*. Comunicação apresentada na 19ª Reunião Anual da ANPEd, 1996. Mimeografado.
- PEZZUTI, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha*. História, Administração, Finanças, Economia. Uberabinha, MG, Oficinas Tipográficas da Livraria Kosmos, 1922.

- ROSAS, Paulo. A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(150):314-335, maio/agosto 1984.
- SAVIANI, Dermeval. A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(150):273-290, maio/agosto 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 1966.
- TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, MG, Uberlândia Gráfica Editora, 1970.
- VIDAL, Diana Gonçalves e CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 73(175):407-430, set./dez. 1992.
- WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.